*Diálogos entre a literatura e a história: insurgências de escravizados
nos romances A ilha sob o mar e Um defeito de cor*¹

*Diálogos entre literatura e historia: insurgencias de esclavos en las
novelas A ilha sob o mar y Um defeito de cor*

Dialogues between literature and history: insurgencies of enslaved people
in the novels *A ilha sob o mar* and *Um defeito de cor*

Victoria Mayara da Rosa²

Resumo

A literatura afro-brasileira contemporânea se caracteriza pelo resgate de rastros memórias da diáspora africana na América Latina. Nesse sentido, esse artigo visa explorar o tema por meio das representações ficcionais, *A ilha sob o mar* (2018) e *Um defeito de cor* (2006). Este trabalho busca estabelecer diálogos sobre as insurgências de escravizados que ocorreram na América Latina durante o período colonial e suas representações nos romances contemporâneos.

Palavras-Chave: escravidão; memória; literatura; afrobrasileira; comparação, rebelião.

Resumen

La literatura afrobrasileña contemporánea se caracteriza por la recuperación de huellas de memorias de la diáspora africana en América Latina. En este sentido, este artículo pretende explorar la temática a través de representaciones ficticias, *A ilha sob o mar* (2018) y *Um defeito de cor* (2006). Este trabajo busca establecer diálogos sobre las insurgencias de esclavos ocurridas en América Latina durante el período colonial y sus representaciones en la novela contemporánea.

Palabras clave: esclavitud; memoria; literatura; afrobrasileño; comparación, rebelión.

Abstract

Contemporary Afro-Brazilian literature is characterized by the rescue of traces of memories of the African diaspora in Latin America. In this sense, this article aims to explore the theme through fictional representations, *A ilha sob o mar*

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Mestranda em Literatura Comparada; Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; victoriamayaradarosa@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0005-0123-310Xvictoriamayaradarosa@gmail.com>

o mar (2018) and *Um defeito de cor* (2006). This work seeks to establish dialogues about the uprisings of slaves that occurred in Latin America during the colonial period and their representations in contemporary novels.

Keywords: slavery; memory; literature; Afro-Brazilian; comparison, rebellion.

Introdução

Durante o período colonial, as nações europeias, com a justificativa de levar a civilização e a fé cristã aos supostos “bárbaros” e “selvagens”, particularmente sob o manto da pretensa superioridade étnica e racial, tornaram cativos milhões de africanos. Esses escravizados sofreram todos os tipos de violência e muitas foram as rebeliões traçadas por eles na tentativa de se ver livre desse sistema de exploração. Nesse contexto, as duas obras aqui analisadas abordam a resistência de escravizados na América Latina.

A ilha sob o mar é um romance histórico que se passa no contexto da colonização de São Domingos e a posterior rebelião que ocorreu na Ilha e resultou no primeiro país a se tornar uma República através de um movimento insurrecional. O romance aborda a trajetória de luta, sobrevivência e resistência da escravizada Zarité, que suporta tudo através da fé ao vodou e a loa mãe Erzuli, dançando para escapar da realidade.

Um defeito de cor é um romance histórico que se passa no contexto da colonização do Brasil e apresenta a história da maior insurgência urbana ocorrida no país, a Revolta dos malês. A história é narrada por Kehinde, uma jovem que se torna escravizada após ser capturada na atual República do Benin. A personagem apresenta a sua luta e resistência ao sistema escravista. Além disso, aborda a história da insurgência dos escravizados islamizados que não aceitavam a submissão e resistiam através da fé em Alá.

O objetivo desse artigo é analisar a representação das insurgências de escravizados ocorridas na América Latina. Em *A ilha sob o mar*, acompanhamos as insurgências no Haiti que resultam na institucionalização do primeiro Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravizados no mundo; o primeiro país a abolir a escravatura e o segundo a proclamar a Independência na América. Já em *Um defeito de cor* acompanhamos a história da maior insurgência urbana ocorrida no Brasil, a Revolta dos malês.

1. Memória, História e Literatura

As pesquisas para compor os romances históricos analisados mesclam memória, história e ficção. Através de memórias fragmentadas, oralidade e dados históricos, Ana Maria Gonçalves

realiza uma intensa pesquisa para tentar reconstruir a história de Luísa Mahin e a Revolução dos Malês na Bahia e Isabel Allende reconstrói a Revolução do Haiti, responsável pela emancipação da colônia. As obras são narradas do ponto de vista da mulher, a que mais sofreu com o sistema escravocrata, sendo vítimas constantes de violência. Na narrativa temos a recuperação de vestígios, rastros memoriais conservados pela tradição oral e recuperados pelos testemunhos presentes na memória coletiva de várias gerações.

Na obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares* de Pierre Nora (1993), o autor tenta definir o que é história, definir o processo historiográfico e estabelecer as bases para o historiador. Ele expõe que a partir do desencantamento do mundo tudo o que era baseado pela experiência humana teve que entrar no crivo historiográfico. O desencantamento do mundo impactou em uma cientificidade de todas as experiências humanas. A memória, por exemplo, antecede a história, porém, com o desencantamento do mundo, a memória vai dar lugar a um processo de historiografia.

Segundo o autor, no mundo antigo, existia a memória que era a história. Com o desencantamento do mundo, a história entrou no campo das ciências sociais e passou a ter um método historiográfico. A partir de então, para se ter história tem que ter método, ou seja, para algo ser considerado história tem que ter vestígios e provas que irão passar por uma análise crítica. Ainda segundo o autor, a memória e a história não são sinônimos. A memória é vida em constante evolução, ela é aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, é vulnerável a seus possíveis usos e manipulações, é um fenômeno vivido sempre no presente. Já a história, é a reconstrução do que não existe mais, é uma representação do passado, ela demanda análise e discurso crítico.

De acordo com Pierre Nora (1993), nos tempos clássicos a materialização da memória ficava reservada às grandes famílias, à Igreja e ao Estado. O que tornava a produção de arquivos reservados a poucos, tornando os responsáveis passíveis de escolher o que lembrar e o que esquecer. Na contemporaneidade, a preservação da memória se democratizou. Existe a necessidade hoje de reconstruir a memória de eventos passados, uma vez que muitas dessas histórias foram esquecidas propositalmente, por questões políticas e econômicas.

A memória ter se fundido a história fez com que cada grupo buscasse redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. “O dever de memória fez de cada um o historiador de si mesmo.” Não somente grupos marginalizados buscaram recuperar o seu passado enterrado, “todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das

minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens.” (Nora, 1993, p.17)

Pierre Nora (1993) criou o conceito de lugares de memória justamente para questionar e refletir a forma como questões significativas da cultura contemporânea situam-se no entrecruzamento com o passado, seja ele real ou fictício. Para o autor, os lugares de memória são uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora; são lugares funcionais por adquirirem a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde a memória coletiva se expressa e se revela. São construções históricas e possuem valor como documentos sociais que se revestem de uma função, ou seja, não são produtos espontâneos e naturais. O autor define esses lugares como vestígios, restos de uma sociedade sem ritual.

Na obra *História e Memória* de Jacques Le Goff (2013) discorre sobre o valor da memória. Segundo ele, a memória coletiva não é somente uma conquista como também um instrumento e um objeto de poder. A sociedade cuja memória social é sobretudo oral está passível de sofrer com a dominação e a opressão colonial de outros grupos mais avançados na preservação e manutenção da memória coletiva. Por fim, ele diz que “devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

De acordo com Nora, a memória só conhece duas formas de legitimidade, a histórica e a literária, que foram exercidas paralelamente. Hoje, porém, a fronteira entre a história e a literatura parece desaparecer, e sob o desaparecimento da história-memória e da história-ficção surge um novo tipo de história. “História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura.” (Nora, 1993, p.28).

Nesse sentido, a literatura afro-brasileira contemporânea busca preencher as lacunas da memória e da história da diáspora africana no Brasil. De acordo com Zilá Bernd (2013), a literatura afro-brasileira revoga a visão tradicional que imperava, na qual o negro era o outro, para passar a ser sujeito da enunciação, aquele que fala em primeira pessoa do singular ou do plural.

2. A Revolução Haitiana: breve contextualização

O espaço geográfico que hoje se conhece por Haiti foi colonizado inicialmente pelos espanhóis, em 1492, e recebeu o nome de Ilha de Hispaniola. Nesse período, a principal atividade realizada era a mineração aurífera que se utilizava de mão de obra indígena. A prática resultou

na dizimação dos nativos da região. Em 1697, o lado ocidental da Ilha passou a ser dominado pela França e recebeu o nome de São Domingos. Os novos colonizadores introduziram na região a produção de cana-de-açúcar com a utilização de mão de obra escrava no empreendimento. A ilha de São Domingos ficou conhecida como “A pérola das Antilhas” ao se tornar a mais próspera das posses francesas. “O cultivo da cana-de-açúcar e do café intensificado nas décadas seguintes à posse francesa, baseava-se no conhecido tripé: agricultura de exportação através do trabalho de escravizados oriundos da África, embora houvesse significativa produção de subsistência.” (Morel, p. 82, 2017).

Segundo Morel (2017), para manter o sistema funcionando em média 40 mil escravizados eram trazidos para o Haiti a cada ano na década de 1780, “verdadeira “africanização” da sociedade que se formava”. Em pouco tempo o Haiti se tornou habitado por uma população majoritariamente negra e mestiça, entre os libertos e descendentes de escravizados havia pequenas e médias fortunas. Apesar de serem livres, esses negros não tinham direitos civis e políticos garantidos e sofriam todo tipo de preconceito e violência, eles eram genericamente chamados de *gens de couleur*. “A população de São Domingos no momento da Revolução Francesa, estimada em 520 mil habitantes e classificada pelos critérios socioraciais de um de seus colonos, expressa a desigualdade e a desproporção” (Morel, p. 83, 2017).

Apesar da recorrente ideia eurocêntrica de que a Revolução Francesa influenciou a Revolução do Haiti, na verdade, temos uma situação bem contrária: A Revolução do Haiti desencadeou a abolição da escravatura nas colônias francesas. Isso porque a França vivia um período bem conflituoso com Napoleão Bonaparte tentando conquistar mais territórios. Essas conquistas desencadearam diversos conflitos entre os países da Europa e, somando-se a isso, a possível perda do Haiti por conta da insurgência, a França se viu encurralada e pressionada a assinar a abolição da escravidão nas colônias. Portanto, percebe-se que existiram fatores recíprocos de contatos e transformações entre as revoluções.

A entrada massiva de africanos em São Domingos, a emergente elite negra e “mestiça” discriminada e a violência de colonos e dirigentes representam o quadro emergente da revolução social que ocorreria na Ilha. Para a ilha, o resultado da insurgência foi catastrófico, muitas terras queimadas e muita violência. Apesar da brutalidade em comum, a diferença entre os lados era significativa: uns lutavam pela abolição da escravidão e outros para mantê-la. Os horrores de São Domingos ficaram conhecidos mundo a fora e o temor dos chamados “defensores da ordem” era que o mesmo ocorresse em outras colônias na América.

A insurreição se transformou em uma guerra civil que durou 12 anos. Não existiam regras e nem delimitações, cada grupo se aliava a outro buscando seus próprios interesses e mudavam suas alianças constantemente. Inicialmente, havia mestiços que combatiam ao lado de colonos brancos, havia as tropas europeias em campo (francesas, espanholas e inglesas) e havia os negros que atacavam brancos e mestiços inimigos. Para completar o quadro caótico, em 1792, ocorreram conflitos entre brancos da colônia e brancos da metrópole, e, monarquistas e republicanos. E em 1799, ocorreu a Guerra do Sul, conflito entre negros e mestiços. Além disso, a Espanha e a Inglaterra declararam guerra contra França e passam a interferir no conflito com o objetivo de enfraquecê-la. Inicialmente, a Espanha instigou a insurgência escrava, financiando armas e dinheiro, visando enfraquecer o domínio francês. Ao mesmo tempo, os ingleses se aliaram aos colonos locais. Espanha e Inglaterra decretam guerra à França. Para não perder o controle do território, a França decreta a abolição da escravatura em 1794. E isso faz com que as tropas de escravizados se aliassem a França, o que resulta na derrota dos espanhóis e dos ingleses.

Segundo Morel (2017), o vodu foi um dos principais fatores que impulsionou o protagonismo dos escravizados na Revolução do Haiti. O vodu é uma religião de matriz africana que tem semelhança com os cultos da santería, em Cuba, e do candomblé, no Brasil. Essa religião era modo de expressão e canal de resistência à vida dura dos escravizados. Nas palavras de Marco Morel, o vodu “significou a estes trabalhadores escravizados um suporte afetivo que lhes deu forças para valorizarem sua condição humana e romperem os mecanismos básicos da opressão” (Morel, p. 90, 2017). Durante anos, os escravizados cultivaram as práticas do vodu secretamente, se comunicando por meio dos tambores usados nas danças, sem que os senhores suspeitassem, a religião os alentava e os unia em suas rebeliões.

Porém, a abolição da escravidão no Haiti não resolveu todos os problemas. Nesse ponto, a insatisfação dos escravizados recém libertos estava em alta e os conflitos na ilha eram recorrentes. Os *gens de couleur* também não estavam contentes, pois acreditavam-se superiores aos ex-escravizados e reivindicavam direitos de cidadania. “Até então, os "homens de cor" livres em São Domingos não tendiam a aliar-se com a população negra – escrava ou livre. Buscavam, ao contrário, equipararem-se à condição dos colonos e, por isso, guerreavam ao lado destes” (Morel, p. 88, 2017). Então se inicia o processo de definir os novos donos do poder, e, portanto, retornam os conflitos entre negros livres e não livres, causando diversas mortes e separatismo territorial. A guerra civil entre negros livres e não livres termina em 1800, com a

vitória de Toussaint que é nomeado Governador Geral e se torna autoridade máxima da colônia. Napoleão tenta recuperar a colônia e envia tropas que conseguem prender e capturar Toussaint, que é levado à França e morre algum tempo depois. Napoleão decreta a volta da escravidão nas colônias em 1802, após a pressão da burguesia e dos antigos proprietários de terras e escravos. O que provoca a insurreição geral em São Domingos, unindo negros livres e não livres, que se unem para lutar contra um inimigo em comum: a colonização e a ameaça de retorno da escravidão. Por fim, os franceses são derrotados pelas tropas revolucionárias e, em 1804, é declarada a Independência do Haiti por Jean-Jacques Dessalines.

A França acaba reconhecendo a Independência do Haiti após impor condições esmagadoras. Após dificultar e protelar o reconhecimento da independência do Haiti, o rei francês Charles X assina o decreto “concedendo” a Independência a antiga colônia. Porém, com a condição do Haiti pagar a indenização estipulada em 150 milhões de francos, ele exigia também a redução de 50% dos direitos de alfândega aos produtos exportados para a França. O objetivo dessa indenização era ressarcir os antigos proprietários escravistas e impedir que o desenvolvimento econômico do Haiti afetasse os negócios das demais colônias da França no Caribe. O governo haitiano acaba aceitando a imposição, o que traz consequências trágicas para o futuro do país. Se inicia então a recuperação do país, realiza-se uma reorganização das formas de dominação e manutenção do trabalho agrícola, que passa a ser controlado por uma elite negra e mestiça. Grandes potências isolam e embargam comercialmente, militarmente e politicamente o Haiti o que torna o processo de recuperação do país extremamente dificultoso. O modelo haitiano de independência foi a destruição simultânea do escravismo e da dominação colonial, tal modelo suscitou diversas releituras em outros países da América. As notícias sobre a Revolução do Haiti circulavam na América e geravam sentimentos de rebeldia e esperança. Nas ruas do Brasil, a palavra “revolução” andava de boca em boca e diversas atitudes e expressões de resistência vieram à tona. Nas palavras de Marco Morel (p. 205, 2017), “a diversidade aflora com a eclosão das Revoluções.”

3. A Revolta dos Malês: breve contextualização

A colonização brasileira só foi desenvolvida em 1530, com o estabelecimento das capitânias hereditárias e se baseou no processo de exploração. Ela contou com três grandes ciclos econômicos, o do pau-brasil, o do açúcar e o do ouro, e a principal mão de obra utilizada foi a de escravizados indígenas e africanos. A introdução da produção de cana de açúcar foi

caracterizada pela substituição da mão de obra indígena pela mão de obra escravizada importada da África. Em pouco tempo, a economia açucareira ultrapassou a extração de pau brasil como fonte primária de recursos e com o seu desenvolvimento, a importação de escravizados aumentou consideravelmente. Os escravizados foram trazidos principalmente da costa ocidental africana, e podem ser distinguindo em três grandes grupos culturais: os Nagôs, os Muçulmanos e os Bantu. O tráfico negreiro assim como o cultivo de cana de açúcar se tornou um dos negócios mais rentáveis no Brasil nesse período.

E assim, o Brasil se constrói através do projeto colonial, da monocultura e do escravismo que resultou em uma sociedade totalmente nova. “A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista.” (Ribeiro, 2015, p. 91).

No Brasil, a escravidão foi implementada pela coroa portuguesa e apoiada pelo sistema jurídico, pela Igreja e pelos latifundiários e resultou num processo de longa duração que só veio a ter fim em 1888 com a homologação da Lei Áurea. A escravidão foi a maneira lucrativa que Portugal encontrou de suprir a mão de obra no Brasil.

Segundo Laurentino Gomes (2019), a escravidão africana difere da escravidão antiga e da servidão medieval por duas características principais. A primeira é o regime de trabalho intenso em plantações de cana de açúcar, algodão, arroz, tabaco, café e na mineração de ouro, prata e diamantes que aproximam o trabalho escravo ao trabalho de máquinas agrícolas industriais, com jornadas exaustivas, semelhantes às linhas de produção das fábricas da Revolução Industrial. A segunda é o nascimento de uma ideologia racista, que passa a associar a cor da pele à condição de escravizado. Para os estudiosos da época, o negro seria naturalmente selvagem, bárbaro e pagão, e sua vocação seria viver sob a tutela dos brancos, adquirindo assim a possibilidade de alcançar um estágio civilizatório. De acordo com o autor, durante os três séculos e meio de escravidão na América, muitos pensadores filosóficos fortaleceram a ideia de que o negro seria naturalmente inferior ao branco e os teólogos utilizaram a maldição de Cam para defender o cativo dos africanos. Dessa forma, a escravidão passa a ser legalmente permitida com diversas justificativas, entre elas a suposição de superioridade étnica e religiosa. Segundo o pesquisador Fernando Granato (2021), a Revolta dos Malês foi a maior rebelião de escravizados que aconteceu nos centros urbanos do Brasil. Cerca de 600 africanos participaram da insurgência que buscava o fim da hegemonia e o domínio dos brancos na cidade. Os líderes

da rebelião eram africanos islamizados que ficaram conhecidos como malês. O nome deriva da palavra “imalê”, que em iorubá significa muçulmano.

A Bahia foi a primeira capital do Brasil e funcionou como o centro de exploração de matéria prima e riquezas naturais por Portugal. Inicialmente o principal produto exportado era o pau-brasil, porém logo a coroa viu a cana de açúcar como um negócio mais lucrativo. Foi então que a mão de obra escravizada começou a ser trazida da África, pois os portugueses tinham conhecimento das habilidades dos negros africanos nas plantações de açúcar nas ilhas do Atlântico. Segundo Granato (2021), entre 1550 e 1855 estima-se que cerca de 4 milhões de negros escravizados foram trazidos ao Brasil. Com a Revolução do Haiti, os produtores baianos de açúcar ocuparam o lugar deixado pelo concorrente. Portanto, as exportações aumentaram consideravelmente e o tráfico negreiro também.

Os escravizados eram comprados na costa africana e vendidos no Brasil por um valor três vezes maior, o que tornou o tráfico negreiro um dos negócios mais lucrativos durante esse período. Transportados em situações completamente insalubres, os cativos permaneciam durante toda a travessia nos porões dos navios, acorrentados uns aos outros pelo pescoço e pelas pernas, misturados a fezes e urina, com uma escassa alimentação e pouquíssima água. Muitos não sobreviviam a viagem e alguns tiravam suas próprias vidas. Esses, tinham seus corpos jogados no mar.

Preocupados em lucrar o máximo possível, gastando o mínimo, os traficantes não se importavam com a situação em que os cativos ficavam durante a travessia do Atlântico. Quando a carga era encomendada por um senhor de engenho específico, todos eram marcados a ferro em brasa, pois já tinham um destino. Ao chegarem na Bahia, eram batizados e recebiam nomes cristãos e então eram postos à venda depois de um período de engorda, porque muitos chegavam doentes, fracos e extremamente magros, o que não resultaria em uma venda muito lucrativa.

Os escravizados eram trazidos das mais diversas regiões da África, entre as principais podemos citar Guiné, Angola e Costa Mina. A maior parte dos escravizados vinham da Costa Mina. No litoral da atual República do Benin, se conserva a triste lembrança da despedida, ali naquele local onde calcula-se que mais de 1 milhão de cativos tenham passado foi erguido um memorial chamado “Porta do Não Retorno.” Os africanos que viveram na região da atual República do Benin, são de origem nagô e a maioria segue a religião muçulmana. Alguns sabiam ler e escrever em árabe. Eles estavam sempre envolvidos em conflitos entre etnias, mantinham a fé no Alcorão, usavam anéis de ferro e não se alimentavam com a carne de porco. Com a chegada

deles ao Brasil, coincide a ocorrência de várias rebeliões ao longo do século XIX. Segundo Luiz Vianna Filho (p. 76), “a costa Mina não nos mandava apenas negros escravos. Com eles, exportara uma fé”.

O século XIX foi marcado por muitas insurgências de escravizados, e isso aconteceu por vários motivos, como a chegada dos africanos nagôs, a crise econômica e social da Bahia e o aumento do trabalho e a piora nas condições de vida dos escravizados. Durante esse período, acontecia também os embates pela independência da Bahia. Nos quais, os negros também participaram de forma direta e indireta. Apesar da elite branca depender das tropas negras para enfrentar os portugueses, temiam que os ideias de emancipação e liberdade inflamasse as senzalas.

Em Salvador, existiam muitos quilombos e terreiros religiosos, que concentravam muitos africanos que trabalhavam no “ganho”. Apesar da tentativa de repreensão por parte do governo, esses lugares se tornaram pontos de encontros de pretos, escravizados e libertos, e serviram como base para as primeiras rebeliões. A cada nova rebelião escrava, medidas restritivas eram intensificadas e novas eram acrescentadas. Porém, essas repreensões pareciam aumentar o número de cativos disposto a lutar e acabavam unindo diversas etnias africanas que antes eram inimigas. As insurgências iniciais dos escravizados eram espaçadas e aconteciam em regiões periféricas. Após a Independência da Bahia, em um contexto de resistência contra o regime escravocrata, iniciaram novas insurgências, muito mais organizada e em regiões urbanas. A maior das insurgências em centros urbanos no Brasil foi a Revolta dos Malês.

A Revolta dos Malês foi uma rebelião organizada e programada por anos e o motivo do fracasso foi a delação. A revolta estava programada para acontecer na manhã de 25 de janeiro de 1835, no dia de Nossa Senhora da Guia, logo após o fim do Ramadã. Porém, por conta da delação, a revolta se antecipou e perdeu o efeito surpresa, pois a milícia já estava de prontidão. Durante a rebelião, os negros escravizados e livres se dividiram em vários grupos, um dos grupos principais estava reunido no sobrado do Alfaiate quando foi surpreendido pela milícia, que sabendo dos planos da rebelião faziam buscas por todas as lojas. Após esse primeiro confronto armado, os rebeldes ganharam as ruas do centro velho, se dividindo em vários subgrupos. A notícia do início do movimento se espalhou entre os grupos e em vários pontos da cidade iniciaram-se focos de motins. A maioria dos grupos seguiram para a Praça Tomé de Souza, na época chamada Praça do Palácio, onde no subsolo da Câmara Municipal funcionava a cadeia da cidade, eles tinham o objetivo de libertar um líder importante dos malês, Pacio Licutan.

Porém, a tentativa não teve sucesso, pois, avisados posteriormente, soldados armados dispararam contra os rebeldes. Na Água de Meninos, a caminho para o Recôncavo, onde os rebeldes iriam se reunir com mais escravizados, aconteceu o confronto mais sangrento da revolta. Assim que chegaram próximo ao quartel, os rebeldes foram recebidos com uma descarga de tiros. Muitos morreram e os que sobreviveram foram perseguidos por soldados montados, que avançaram com cavalos sobre os africanos. Alguns conseguiram correr e se esconder no mato, outros tentaram fugir pelo mar e morreram afogados. Os corpos foram recolhidos e os sobreviventes presos. Na manhã seguinte ainda ocorreram outros confrontos isolados que logo foram contidos. Com medo que ocorresse o mesmo que no Haiti, o governo passou a perseguir os africanos. A maioria das penas estabelecidas pela Justiça foram açoites para escravizados e banimentos para os libertos. Os que receberam pena de morte foram dizimados no dia 14 de maio de 1835, no Campo da Pólvora.

4. Insurgência dos escravizados nos romances

A obra de Martín Lienhard é uma referência fundamental para compreender a complexidade das tensões e conflitos socioculturais nas nações pós-coloniais da América. Com *Dissidentes, rebeldes, insurgentes* (2008), o autor aborda a linha de pesquisa que chamou de história testemunhal. Baseado nas rebeliões de índios e rebeldes negros, o autor busca focar a atuação de indivíduos dissidentes a partir de sua própria lógica sociocultural.

Na obra, Lienhard (2008) afirma que movimentos de insurgência marcam toda a história da escravidão africana na América. Ele diferencia três tipos de resistências: a resistência da ruptura, quando o escravizado abandona definitivamente a fazenda para procurar um lugar para viver; a resistência intermitente, quando o escravizado foge ocasionalmente por diversos motivos, e a resistência encoberta, que se praticava diariamente sem ser descoberta. A manutenção das práticas religiosas africanas e a conservação da memória ancestral por meio delas se classificam nesse terceiro exemplo de resistência proposto pelo autor.

Clóvis Moura em sua obra *Rebeliões da Senzala* (2020), questiona a hipótese de passividade de homens e mulheres escravizados ao refletir os movimentos insurgentes no Brasil. Ao analisar os quilombos e guerrilhas, o autor pontua a importância dessas comunidades no processo de resistência de escravizados. Expandindo o conceito da “forma quilombo” como unidade de resistência, organização e combate político em diferentes regiões do país. Ele se esforça para tentar compreender as formas de organização do escravizado, as alianças construídas e suas

contradições, defendendo que o papel desempenhado por esses sujeitos os torna protagonistas de suas ações.

No romance *Um defeito de cor*, acompanhamos a história da protagonista e narradora Kehinde, nascida em Savalu, que é raptada na costa de Uidá por um comerciante de escravos. Após uma longa viagem em um navio negreiro, ela chega a São Salvador onde é vendida como escravizada. Anos depois, ao se tornar escravizada de ganho, trabalhando como quitandeira nas ruas do centro da cidade, ela consegue a sua carta de alforria e torna-se livre. É então, que ela participa da Revolta dos Malês.

No romance *A Ilha sob o Mar*, acompanhamos a história de Zarité, uma escravizada que pertence a Toulouse Valmorain, jovem francês dono de uma fazenda de plantação e produção de cana de açúcar do Haiti. Após anos como escravizada ela consegue sua liberdade ao ajudar seu sinhô a fugir da rebelião. O livro é alternado entre capítulos narrados em terceira pessoa com capítulos em que a protagonista revive suas memórias, sempre apresentando uma forte influência espiritual a loa mãe, Erzuli.

Por muito tempo foi negado às mulheres o título de agentes históricos de eventos políticos, nas obras *A ilha sob o mar* e *Um defeito de cor* as escravizadas Zarité e Kehinde são representadas como agentes efetivas dos processos das insurgências.

Zarité é a protagonista da obra *A ilha sob o mar* e, como escravizada, demonstra resistência em diversas situações, principalmente relacionadas a manutenção da sua fé ao vodu que aprendeu a cultuar com o escravo Honoré quando viveu na casa de madame Delphine. “O ritmo nasce de uma ilha sob o mar, sacode a terra, atravessa-me como um relâmpago e segue em direção ao céu, levando as minhas aflições para que Papa Bondye as mastigue, engula e me deixe leve e feliz” (Allende, 2020, p. 8). A fé vodu tem profunda relação com o soar dos tambores e a dança. Através do vodu, Zarité aprende a se desprender das amarras do sistema escravocrata.

Na obra *A ilha sob o mar*, os protagonistas da insurreição são escravizados e negros livres que derrotaram militarmente três potências mundiais: Espanha, Inglaterra e França. Aboliram a escravidão, acabaram com o domínio colonial e exterminaram grande parte da população branca do Haiti. Muitos foram os fatores que motivaram essa insurreição, entre eles a entrada intensa de africanos escravizados em São Domingos durante a febre da cana de açúcar, o crescimento de uma elite negra e “mestiça” e a extrema violência com a qual negros e mestiços eram tratados. Além disso, o vodu foi um importante fator na resistência desses escravizados, que através da religião resistiam. Durante a revolução, que se transformou em uma guerra civil

que durou doze anos, os escravizados queimaram plantações, entraram em conflitos e embates com exércitos espanhóis, ingleses e franceses e dizimaram uma grande parte da população branca. As notícias dessa rebelião se espalharam pela América Latina e isso provocou o temor de que acontecesse o mesmo em outras colônias.

Segundo Martin Lienhard (2008), a insurreição dos negros de Saint Domingues acrescentou uma nova dimensão ao panorama de insurgências de escravizados na América, a possibilidade de pôr fim ao sistema escravista. Assustados pelos acontecimentos na colônia francesa, proprietários de terra e governantes da América começam a temer a eclosão de movimentos insurrecionais semelhantes em seus domínios. Clóvis Moura (2020) afirma que os levantes dos haitianos tiveram ressonância no Brasil entre os escravizados que lutavam pelo mesmo objetivo dos daquela ilha, a exterminação branca, o fim da abolição e a instalação da república.

Desde muito cedo, a protagonista de Ana Maria Gonçalves desenvolve em si a vontade de lutar contra a escravidão, e esse desejo aumenta ao presenciar pela primeira vez um chicoteamento e ao conhecer Agontimé, uma rainha africana do reino de Daomé. Todas as situações de violência que ela presencia inflam o seu sentimento de revolta contra as injustiças vivenciada pelos escravizados. Ao se tornar escravizada de ganho, Kehinde começa a se interessar ainda mais pela situação dos escravizados e se torna politicamente ativa, conversando com outros escravos, participando de reuniões de rebeldes muçulmanos e adentrando em confrarias que tinham o objetivo de comprar a liberdade de escravizados. Após se tornar livre, ela acolhe escravizados fugitivos; adota crianças órfãs; frequenta reuniões de rebeldes e passa a participar ativamente da rebelião, desenvolvendo diversas funções, e por fim, participa da Revolta dos malês.

As duas protagonistas demonstram resistência contra o sistema que lhes é imposto, apesar das inúmeras violências que sofrem. Como mães e revolucionárias elas lutam para conseguir a liberdade dos seus. Podemos concluir que as duas obras analisadas apresentam um retrato das insurgências de escravizados ocorridas na América Latina. Essas insurgências vão contra o pensamento europeu da passividade dos escravos e atestam a resistência dos cativos durante o período colonial. Nas histórias, as protagonistas demonstram a rebeldia contra a hegemonia do sistema, mantendo suas raízes na religião e na memória ancestral.

Considerações finais

Podemos concluir que as duas obras analisadas apresentam um retrato das insurgências de escravizados ocorridas na América Latina. Essas insurgências vão contra o pensamento europeu da passividade dos escravos e atestam a resistência dos cativos durante o período colonial. Nas histórias, as protagonistas demonstram a rebeldia contra a hegemonia do sistema, mantendo suas raízes na religião e na memória ancestral. Com isso percebemos a atuação das vanguardas literárias contemporâneas que buscam questionar a historiografia oficial e apresentar uma nova perspectiva sobre as histórias já contadas.

Referências

ALLENDE, Isabel. *A ilha sob o mar*. Trad. Ernani Ssó. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BERND, Zilé. *Por uma estética dos vestígios memoriais*. 1 ed. Minas Gerais, 2013.

CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. Trad. de Marcelo Tápia. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2009.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume I*. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Ilustração Rosana Paulino. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

GRANATO, Fernando. *Bahia de todos os negros*. 1 ed. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7 ed. São Paulo, 2013.

LIENHARD, Martin. *Disidentes, rebeldes, insurgentes: resistencia indígena y negra em América Latina. Ensayos de historia testimonial*. Iberoamericana, Vervuert, 2008.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 6 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.